

Tempo de incerteza

Quinhentos anos depois de Vasco da Gama ter chegado à Índia, a nova ponte sobre o Tejo, que do descobridor retirou o nome, chegou ao Montijo. Foi inaugurada em Abril de 1998. As autoridades, sem excepção, presidiram à cerimónia. O governo de um partido, o PSD de Cavaco Silva, tinha-a idealizado, encomendado e baptizado. O governo de outro partido, o PS de António Guterres, acabou-a e inaugurou-a. Ninguém faltou à festa. Na nossa boa tradição não se resiste a uma obra de engenharia, muito menos a uma ponte. Há pelo menos século e meio que são festivamente inauguradas e baptizadas com intenção. Dona Maria, D. Luís, Hintze Ribeiro, Marechal Carmona, Salazar... Depois desta última, uma espécie de timidez tem impedido o abuso onomástico. Ainda bem. O primeiro cortejo atravessou a nova ponte com minucioso orgulho. O País olhava, maravilhado. Os responsáveis políticos, os investidores privados, os técnicos nacionais e estrangeiros e os trabalhadores portugueses e imigrantes, não escondiam a vaidade. Era uma obra de arte. Um prodígio da engenharia. Um sinal inequívoco de progresso. Todos os partidos, antigos chefes de Estado, ex-ministros de vários governos, o clero, os empresários e o povo juntaram-se numa pouco frequente confraternização nacional.

Parecia uma fábula. Vasco da Gama de outrora tinha marcado um momento excepcional da história colectiva, não só portuguesa, como também europeia e mundial: o início da abertura e da aproximação, pacífica ou conflituosa, de todos os povos. Vasco da Ga-

ma contemporâneo era um traço de união dos portugueses consigo próprios. Era como um regresso a casa, depois das andanças por esse mundo fora.

Do lado de cá da ponte, espraivava-se já a enorme construção da Exposição Universal de Lisboa, com a qual Portugal fechava o século e o milénio, recordando, sem excessiva melancolia, os feitos históricos do século XV. Mas a exposição pretendia ser o de que mais moderno Portugal era capaz. Aberta ao público semanas depois, em Maio de 1998, a grande feira propunha-se confirmar o lugar que o país alegadamente ocupava desde há pouco tempo: no «pelotão da frente», entre as nações mais desenvolvidas do mundo. Lisboa procurava ser uma capital dos oceanos, temática escolhida para inspirar o acontecimento. Durante os meses que se seguiram, alguns milhões de portugueses tiveram a oportunidade de espreitar o futuro e de varrer, dos espíritos, as últimas teias de aranha de uma nação pobre e rural. Muitos experimentaram o sabor do novo país que, desde a fundação da democracia, duas décadas antes, se esforçava por garantir que o mundo tinha agora de contar com este velho Portugal, doravante renovado.

Do lado de lá da ponte, surgiam os problemas da modernidade. Os ecologistas queixavam-se da localização, do desprezo pelas salinas, das feridas abertas numa zona húmida de raras potencialidades, da ofensa feita aos flamingos e da agressão a outras espécies de delicada manutenção. Apanhados de surpresa, os donos dos restaurantes do Montijo lamentavam a alteração das rotinas, mas reorganizaram os seus negócios a fim de responder ao fluxo repentino da classe média de Lisboa que descobrira, de repente, as delícias das enguias da outra banda. A especulação fundiária não tardou: compraram-se e venderam-se milhares de hectares, na esperança de novas construções e do crescimento rápido da nova Grande Lisboa, em vias de expansão. A capital preparava-se para ficar aliviada de milhares de automóveis e de camiões que se deslocavam do Norte para o Sul. As portagens motivaram as querelas habituais, em particular por causa da estranheza dos contratos firmados, segundo os quais os utentes de uma ponte, a antiga, que fora Salazar e era agora 25 de Abril, teriam de financiar a construção da segun-

da. E não faltou o toque plebeu, vindo directamente da nova economia e do império da televisão: uma outra inauguração, não oficial, organizada por uma marca de detergente, tinha reunido uns milhares de pessoas num almoço realizado no tabuleiro da ponte, a fim de filmar um *clip* publicitário e bater um recorde. Incidentes e acidentes de percurso, insuficientes para esconder ou sequer esbater uma realidade mais ampla: os portugueses pareciam fazer todos os esforços possíveis para viver em liberdade, desenvolver o seu país e estar presentes no mundo contemporâneo.

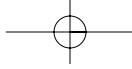
O que, naqueles dias de gáudio nacional, se viu era o resultado de mais de vinte anos de uma história acidentada e contraditória, que tinha mudado o País e a sociedade. Com efeito, durante as últimas décadas, a mudança social foi, em Portugal, rápida e profunda. Acompanhou, provocou e resultou de outras mudanças igualmente radicais, como as demográficas e as políticas. Sem falar de outras transformações, globais, do domínio da geografia política e de carácter histórico, como sejam o abandono do ultramar e a integração europeia. Esta mudança social resultou de uma extraordinária conjugação de energias interiores, as mesmas que, por exemplo, em gestação desde os anos sessenta, levaram à insurreição de 25 de Abril e à revolução democrática de 1974/1976; e de factores externos, entre os quais a globalização, a integração europeia e o fim do bloco soviético.

Em termos muito gerais, a mudança significou uma aproximação dos padrões médios europeus, visíveis através de muitos indicadores demográficos, sociais e económicos, mesmo se os processos reais ocorreram, em Portugal, mais rapidamente do que na maior parte dos países ocidentais. A partir dos anos setenta, Portugal deixou de ser uma excepção, o que pode criar saudades em muitos espíritos, mas que, feitos todos os balanços, significa que o País começou, gradualmente, a não se distinguir pelo pior que tinha a exhibir: a elevadíssima mortalidade infantil; o analfabetismo radical; o menor rendimento por habitante da Europa; a falta de protecção na doença e na velhice; a altíssima taxa de emigração; a ausência de liberdades públicas; a mais longa ditadura da Europa; e uma anacrónica guerra colonial em três frentes africanas.

Mas o regresso a casa foi tardio. E, por isso mesmo, feito nas piores condições. Entre estas, sobressaem a guerra colonial, a descolonização e a revolução de 1975. Com a guerra, dividiu-se o País, desperdiçaram-se recursos e energias e manteve-se, durante mais de dez anos, uma obsoleta política nacional. Com a descolonização, até parcialmente em resultado da guerra, deram os portugueses à história do mundo um terrível contributo de covardia, incompetência e irresponsabilidade. Com ambas, guerra e descolonização, Portugal liquidou praticamente todas as possibilidades de manter relações vivas e decentes com os países que anteriormente colonizou. Ao contrário das outras metrópoles de grandes impérios, Portugal não conseguiu preservar ou renovar os laços de cooperação com os novos estados. Nem parece que jamais tal venha ainda a ser possível. Se, entre estes países, alguma coisa existe hoje de essencial e de visível é a hostilidade, apenas suavizada pela corrupção. Portugal não perdeu só o Império: perdeu também a possibilidade de desempenhar um papel de relevo em qualquer dos continentes não europeus. E já se percebeu, apesar de quase ninguém o querer dizer, que a língua não basta para criar uma comunidade, nem sequer de cultura, quanto mais de interesses.

O retorno foi ainda toldado pelo facto de se não ter podido ou sabido poupar as feridas da revolução. Aquela que muitos consideraram exemplar, «a primeira das revoluções do novo mundo», não foi mais do que uma atávica reminiscência e uma arcaica revolução que destruíram a economia, voltaram a dividir a sociedade, abriram feridas incuráveis e, uma vez mais, conduziram a um colossal desperdício de recursos, de tempo e de energia. Os portugueses não foram capazes de fazer pacificamente a democracia, o que outros terão conseguido durante os anos que se seguiram (como a Espanha, a Grécia e até alguns países de Leste). Há certamente razões e explicações para tal facto, a começar pela guerra colonial e os antecedentes históricos. Mas as explicações não impedem concluir simplesmente: os portugueses não fizeram o que outros conseguiram.

A revolução e a contra-revolução que se lhe seguiu podem ter tido momentos gloriosos e contido episódios inesquecíveis. O facto de a democracia ter vencido contribui para a nostálgica e positiva



recordação que muitos têm desses acontecimentos. E a referência que lhe será feita nas enciclopédias e nos dicionários tentará amalgamar numa só revolução, a democrática, o que muito a ultrapassou. Democrática terá sido, mas não única, a inspiração inicial, assim como o desenlace final. Entretanto e durante, foi tudo menos democrática, ameaçou as liberdades e pôs o País em riscos desnecessários. Haverá sempre quem diga que os desmandos da revolução e os imperdoáveis erros da descolonização foram da única responsabilidade dos ditadores, Salazar e Caetano, do seu regime e dos seus áulicos. O argumento não resiste à análise. É verdade que aqueles tornaram tudo mais difícil e quase eliminaram qualquer hipótese de solução racional e organizada. Mas não é aceitável isentar de responsabilidades os agentes revolucionários de 1974 e 1975. Caso contrário, não passariam estes de espantelhos sem vontade. Foram eles que encaminharam o País para aquela revolução e para aquela descolonização. E assim foi que Portugal, entre a guerra, a descolonização e a revolução, sem contar o tempo necessário a reparar os erros, terá talvez perdido, é o termo, dez ou vinte anos, durante os quais poderia ter muito melhor organizado o regresso a casa e tê-lo feito muito mais cedo.

Não é só, evidentemente, uma questão de tempo. Como disse, o desperdício, a destruição e as feridas foram muitos e isso será talvez o pior. Mas é também uma questão de tempo. Portugal não teve tempo de se ocupar de si, pois o regresso foi uma nova partida: coincidiu com a integração europeia e a globalização. Antes mesmo de «arrumar a casa», já o País se encontrava envolvido em complexos processos para os quais não estava preparado: a internacionalização da economia e a criação de um clima de concorrência aberta com todo o mundo; a adopção de leis e práticas correntes em países muito mais desenvolvidos; a comparação da nossa debilidade estrutural com as democracias mais enraizadas, as empresas mais sólidas e as universidades mais avançadas do mundo.

Surpreendentemente, os portugueses souberam dar boa conta de si. Apesar do tempo perdido e mal-grado o desperdício, revelaram uma insuspeita flexibilidade e uma formidável capacidade de adaptação. Poderiam ter feito muito mais, é certo, mas a verdade é que

